



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 15/2022

Período: 07/05/2022 - 13/05/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Forças Armadas e as eleições I: presidente da República falou em nova atuação dos militares no processo eleitoral
- 2- Forças Armadas e as eleições II: a reação da imprensa
- 3- Forças Armadas e as eleições III: bastidores do convite para a comissão do Tribunal Superior Eleitoral
- 4- Forças Armadas e as eleições IV: Defesa e Judiciário buscaram estancar a crise
- 5- Forças Armadas e as eleições V: o inquérito da Polícia Federal sobre a atuação dos militares
- 6- Forças Armadas e as eleições VI: Fachin subiu o tom contra Bolsonaro e os militares
- 7- Presidente de tribunal militar recebeu diárias de alto valor para viagens
- 8- Periódico comentou sequência de escândalos nas Forças Armadas
- 9- Supremo Tribunal Militar mantém condenação de oito militares do Exército
- 10- Periódico e colunista comentaram benefícios concedidos às Forças Armadas pelo governo Bolsonaro
- 11- Major do Exército foi preso por desobediência
- 12- Sargento detido com cocaína na Espanha foi excluído da FAB
- 13- Míssil lançado durante exercício militar atingiu uma plantação em Goiás
- 14- Jornalista comentou a impunidade dos crimes da Ditadura Militar

1- Forças Armadas e as eleições I: presidente da República falou em nova atuação dos militares no processo eleitoral

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, anunciou no dia 05/05/2022 uma tarefa para as Forças Armadas nas eleições presidenciais: “As Forças Armadas não vão fazer papel de chancelar apenas o processo eleitoral, participar como espectadoras do mesmo”, disse Bolsonaro. O *Estado* afirmou que, com tal pronunciamento, o presidente feriu a Constituição que jurou defender, ao ameaçar o processo eleitoral. Segundo o jornal, as Forças Armadas estão restritas a um número de funções, segundo a Constituição, destinando-se “à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Dessa forma, a tutela de eleições não estaria incluída. De acordo com o periódico, Bolsonaro tem cometido crimes de responsabilidade, segundo a lei 1.079/1950,

ao incitar e autorizar a Marinha, o Exército e a Aeronáutica a agirem fora de suas competências constitucionais. O jornal também pontuou que o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ao pedir que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgasse as propostas feitas pelas Forças Armadas sobre o processo eleitoral revelou um total desconhecimento sobre o funcionamento de um Estado Democrático de Direito, pois aceitar esse tipo de pressão agrediria diretamente a independência do poder Judiciário e estaria além das competências previamente estabelecidas para as Forças Armadas. Quanto a essas propostas, segundo reportagem do periódico *Correio Braziliense*, os militares sugeriram um processo aleatório para a escolha das urnas a serem submetidas aos testes de integridade, que atualmente ocorre por entidades fiscalizadoras, como os próprios partidos políticos. Sobre essa hipótese, o TSE afirmou que a sugestão não é inviável e pode vir a ser utilizada no futuro, mas essa mudança exige o crivo das entidades fiscalizadoras, já que implica na supressão de um direito conquistado por elas em prol da transparência e da efetividade do processo eleitoral de 2022. (*Correio Braziliense* - Política - 10/05/22; *O Estado de S. Paulo* - Política - 07/05/22)

2- Forças Armadas e as eleições II: a reação da imprensa

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que o elemento militar sempre esteve presente nas ações do presidente da República, Jair Bolsonaro, como forma de assegurar um poder que ele nunca teve nos anos de serviço ativo das Forças Armadas. A questão sobre as perguntas do Exército ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revelou uma instituição disposta e a serviço de seu comandante-em-chefe. Em conversa com oficiais-generais, o jornal revelou que a tendência dos militares é a de manter um discurso de que ninguém irá apoiar uma escalada autoritária. Além disso, militares de alta patente das três armas afirmaram repudiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder nas pesquisas sobre a corrida eleitoral, além de não acreditarem em uma terceira via viável. Segundo a *Folha*, inspirado pelo ex-presidente americano Donald Trump e pela invasão do Capitólio de 2021, Bolsonaro pode não conseguir dar um golpe, mas certamente criará uma crise. Em coluna opinativa à *Folha*, a jornalista Cristina Serra comentou sobre o papel dos militares durante o governo de Bolsonaro e suas estratégias para a eleição de 2022. Serra disse que o governo empregará a mesma estratégia que utilizou durante a pandemia, o negacionismo, que dessa vez ataca a urna eletrônica. Segundo a jornalista, o general da reserva e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, atuou no auge da pandemia como o “executor do trabalho sujo” do governo Bolsonaro, o que contribuiu para o aumento da morte de brasileiros. Atualmente, o papel de “capataz do assalto à democracia” foi ocupado pelo ministro da Defesa, o general da reserva Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Segundo Serra, Pazuello transgrediu regulamentos militares quando participou de um ato político a favor de Bolsonaro, dias após ter prestado depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Naquele momento, Oliveira, enquanto comandante do Exército, deixou o ex-ministro da Saúde passar impune e ainda aplicou um sigilo de cem anos ao processo disciplinar. Sobre isso, a jornalista questionou Oliveira, que cobrou transparência do TSE sobre questionamentos das Forças Armadas à votação eletrônica. Serra afirmou que o ministro da Defesa possui um perfil “ousado e provocador” por atacar o poder civil juntamente com Bolsonaro, que anunciou

auditoria privada das urnas. A jornalista também destacou que o TSE caiu em uma armadilha ao convidar militares para participar da Comissão de Transparência Eleitoral. Ao final, Serra sustentou que “Militares não são tutores nem moderadores do poder civil para serem chamados a dar pitaco em assunto que não lhes diz respeito” e que, na realidade, eles possuem uma dívida com o Brasil, com a democracia e com os direitos humanos pelos 21 anos de ditadura militar (1964-1985). O jornalista e escritor Ruy Castro, em coluna à *Folha*, afirmou que o chefe do Executivo tem criado situações conflituosas com as instituições republicanas desde o dia em que tomou posse e, quando estas reagem às provocações, conduz as Forças Armadas a promover desfiles de canhões e sobrevoos militares na capital do país. Na perspectiva do autor, o Exército já foi mais rígido, visto que os generais do regime militar (1964-1985), apesar de tudo o que custaram ao país, ao menos eram ciosos com o crescimento econômico, a Petrobras e a Amazônia. Em contrapartida, não haveria nenhuma preocupação ou zelo por parte do presidente em relação a esses assuntos. Castro apontou que, certos ou errados, os militares possuíam uma concepção de desenvolvimento e de modernização do Brasil. De forma contrária, sob Bolsonaro, o país já se aproximaria do crescimento zero, da desmoralização estatal e da destruição da floresta amazônica. O texto rememorou a declaração do general Ernesto Geisel em 1993, em que pontuava que Bolsonaro era um caso fora do normal, e um mau militar. O jornalista concluiu que, na época, o atual presidente da República era apenas um deputado federal, mas hoje é o “mau militar” que as Forças Armadas têm de obedecer. Além disso, segundo editorial do periódico *O Estado de S. Paulo*, a utilização do prestígio das Forças Armadas entre a população pelo governo de Bolsonaro é um grave erro, pois direciona sua utilização para fins incompatíveis com suas atribuições constitucionais. De acordo com o editorial, esses desvios da função militar instigados pelo presidente demonstram seu desalinhamento com os fundamentos da instituição: disciplina, hierarquia e obediência à lei, concluindo que Bolsonaro “foi um mau militar”. Ademais, segundo o jornal, além de não caber às Forças Armadas a função de revisar uma votação, também a manobra do TSE de convidar o Ministério da Defesa para participar da Comissão Externa de Transparência da Justiça Eleitoral com um representante possuía os motivos corretos, isto é, fortalecer a confiança da população no sistema eleitoral, mas não os meios, pois não cabe aos militares atuar em matérias de natureza essencialmente civil. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* afirmou que a transparência do TSE é o antídoto para as “sugestões estapafúrdias” do presidente da República. Desde o início dos ataques à suposta vulnerabilidade das urnas eletrônicas, o “TSE tem aperfeiçoado os dispositivos que garantem a segurança das máquinas e da contagem dos votos”, chegando a inclusive convidar um representante das Forças Armadas para a comissão, que em nenhum momento endossou as “maluquices propostas pelo presidente”. De todo modo, para o periódico, o “engajamento de representantes das Forças Armadas na pantomima encenada pelo [presidente] [...] causa desalento”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 07/05/22; Folha de S. Paulo – Política – 07/05/22; Folha de S. Paulo – Opinião – 08/05/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 12/05/22; O Estado de S. Paulo - Política - 10/05/22)

3- Forças Armadas e as eleições III: bastidores do convite para a comissão do Tribunal Superior Eleitoral

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o convite para os militares participarem da comissão para ampliar a transparência nas eleições criada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi visto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pela própria corte eleitoral como um erro. É a primeira vez que os militares integram oficialmente uma comissão desse tipo. A proposta do então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, no ano de 2021, era aproximar os militares do processo eleitoral, para que pudessem defender o sistema eletrônico de votação contra os ataques bolsonaristas. De acordo com a *Folha*, Barroso, quando fez o convite, esperava que um almirante da Marinha, especialista em tecnologia da informação, fosse indicado para participar da comissão. O militar afirmou que era preciso a anuência do então ministro da Defesa, o general da reserva Walter Braga Netto, para que pudesse participar. No final, Braga Netto encaminhou para o tribunal apenas o nome do general Heber Portella, chefe de segurança cibernética do Exército. Além disso, o Ministério da Defesa enviou um ofício ao presidente do TSE, Edson Fachin, pedindo que as perguntas feitas pelas Forças Armadas sobre o sistema eleitoral se tornassem públicas. Em resposta, o TSE publicou em seu site um documento com uma série de respostas às questões da Força. Os questionamentos foram elaborados pela segurança cibernética do Exército, chefiada por Portella e que, segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, foram colocados em “segredo por cinco anos e classificado[s] como reservado[s]”, mostrando que as Forças Armadas identificavam o risco que o material poderia causar à “segurança das instituições”. Tanto ele, quanto o general Guido Amin Naves, chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, estiveram em reunião com Bolsonaro, acompanhado por Braga Netto. O periódico recordou que esta não foi a única tentativa do TSE de buscar apoio das Forças Armadas, citando o episódio em que o ex-ministro da Defesa de Bolsonaro, general Fernando Azevedo e Silva, foi convidado pelo TSE para ser o diretor-geral da corte. O general aceitou o convite inicialmente, mas depois renunciou alegando problemas de saúde. Em coluna opinativa para a *Folha*, a jornalista Mônica Bergamo destacou o comentário do senador Renan Calheiros (MDB-AL), segundo o qual o tribunal “acabou sendo ingênuo e abriu um precedente para legitimar essas ações que vêm de fora”, e que “Bolsonaro e setores da Defesa se aproveitam disso”. (*Folha de S. Paulo - Política - 07/05/22*; *O Estado de S. Paulo - Política - 08/05/22*)

4- Forças Armadas e as eleições IV: Defesa e Judiciário buscaram estancar a crise

Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Janio de Freitas afirmou que as Forças Armadas “estão submetidas à orientação de Bolsonaro, inexistindo uma afirmação convincente, vinda das casernas, de compromisso com a Constituição” e que, nesse sentido, existe uma pretensão por parte desse setor em interferir na condução do processo eleitoral. O colunista fazia alusão ao contexto de divulgação de uma nota, em nome do ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Oliveira, que ia em “desencontro” à nota publicada pelo ministro Luiz Fux em nome do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o encontro dos dois ministros. Segundo a nota do ministro do STF, “os militares [iriam atuar apenas], no âmbito de suas competências, para que o processo eleitoral

transcorra normalmente". Segundo o jornalista, Fux teria sido contrariado pela nota do Ministério da Defesa, que reafirmava a intenção das Forças Armadas em participar e intervir no processo eleitoral. Para Freitas, tal "desalinho" das versões da conversa entre os ministros simbolizou a inexistência de um compromisso dos militares com o processo eleitoral e com a democracia. De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, contudo, o Ministério da Defesa e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) trabalharam para amenizar a crise causada nas últimas semanas, o que demonstraria que a ruptura pretendida por Bolsonaro não seria facilmente realizável. Por parte da Defesa, a estratégia do ministro Paulo Sérgio Oliveira de deslocar para si toda a interlocução com a Comissão de Transparência das Eleições do TSE objetivou retirar o elemento militar puro, representado pela pessoa do então representante das Forças Armadas no órgão, general Heber Portella. Segundo os jornais, contudo, sendo Paulo Sérgio um general de quatro estrelas, diversos políticos viram a ação como uma forma de escalar a crise, ainda que interlocutores do ministro tenham apontado para o oposto, isto é, a esfera do Ministério como governo de natureza civil. O movimento do ministro teria tido o aval do Alto-Comando do Exército, ainda que alguns integrantes tenham reprovado as perguntas adicionais feitas por Portella ao TSE, em particular a pergunta que cobra da corte medidas em caso de suspeita de fraude. Segundo os especialistas do TSE, muitos questionamentos enumerados pelos militares são apenas "opiniões" e "advém de equívocos" e "erros de premissa", a ver pela crença que a totalização dos votos de todo o país é feita em uma "sala escura" em Brasília, conhecida também como "sala secreta" por Bolsonaro e seus apoiadores. Já o plenário do TSE buscou despachar o mais rápido possível a questão, dando rápidas negativas aos questionamentos adicionais de Portella e considerando encerrar o trabalho da comissão. De acordo com as reportagens, a situação desagradou parte da cúpula militar, que devido ao "corporativismo não quer ver um general humilhado", ainda mais se tratando do chefe da defesa cibernética do país. Todavia, a junção dos dois movimentos poderá fechar "esse vazamento no dique institucional abalroado por Bolsonaro", ponderou a *Folha de S. Paulo*. Considerando que a crise entre militares e TSE seja solucionada, alguns dos operadores políticos que estão envolvidos na tentativa de resolução creem que haverá um "script" para enfrentar a tensão de outubro. Haveria consenso entre eles de que o atual presidente da República não aceitará algo além da vitória, e que procurará o alvoroço, ansiando que o problema caia na sua mesa, como na eventual necessidade de utilizar as Forças Armadas contra violência nas ruas, na tentativa de realizar um autogolpe. (*Folha de S. Paulo* - Política - 08/05/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 12/05/22; *O Estado de S. Paulo* - Opinião - 12/05/22)

5- Forças Armadas e as eleições V: o inquérito da Polícia Federal sobre a atuação dos militares

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, um inquérito da Polícia Federal apontou o envolvimento do general Luiz Eduardo Ramos e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), ligada ao Gabinete de Segurança Institucional e chefiada pelo general Augusto Heleno, no uso das instituições públicas para buscar informações contra as urnas eletrônicas, desde 2019. Atualmente, com o apoio do presidente da República, Jair Bolsonaro, as Forças Armadas passaram

a questionar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre supostas fragilidades nas urnas eletrônicas, criando uma tensão com o Judiciário. De acordo com o jornal, a Polícia Federal convidou para depoimento o técnico eletrônico Marcelo Abrieli, responsável pela elaboração de uma planilha com os números de votos da eleição de 2014, utilizada por Bolsonaro como prova de suas acusações de fraude nas eleições. Em seu depoimento, Abrieli relatou que foi procurado em 2019 pelo general Luiz Eduardo Ramos, atual ministro da Secretaria-Geral da Presidência, para participar de uma reunião com Bolsonaro no Planalto sobre "indícios de fraudes nas urnas". Além disso, o técnico informou também que posteriormente o coronel Eduardo Gomes da Silva, responsável pela apresentação das suspeitas de fraude na transmissão ao vivo realizada por Bolsonaro, entrou em contato alegando trabalhar com o general Ramos na coleta de informações sobre as urnas. Também em reportagem a *Folha* informou que os relatórios que o Exército brasileiro produziu a respeito das urnas eletrônicas foram compartilhados com a cúpula do Ministério da Defesa por um integrante do Alto Comando das Forças Armadas, e estas informações estão sendo usadas por Bolsonaro para contestar o processo eleitoral de 2022. De acordo com a *Folha*, o militar responsável por compartilhar as informações com Bolsonaro é o general do Exército Guido Amin Naves, que comanda o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) no Quartel-General da Força em Brasília. Ainda segundo o periódico, Naves participou de uma reunião no Ministério da Defesa no dia 03/05/2022, que também contou com a participação de Bolsonaro; do ministro da defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira; dos comandantes das três Forças Armadas; do chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças, general Laerte de Souza; e do general Walter Braga Netto. A pauta da reunião teriam sido as eleições de 2022. O ministro da Defesa publicou uma foto do encontro nas redes sociais com a legenda "foram discutidos assuntos de interesse da defesa nacional". Para a *Folha*, os integrantes da Defesa acreditam que existem problemas na segurança do processo eleitoral, pressuposto que sustenta as falas ofensivas de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Política - 09/05/22; Folha de S. Paulo - Política - 10/05/22)

6- Forças Armadas e as eleições VI: Fachin subiu o tom contra Bolsonaro e os militares

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, durante o último Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação (TPS), realizado em 12/05/2022, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Edson Fachin subiu o tom em resposta a "quem investe contra o processo eleitoral" e "incita intervenção militar". *O Estado de S. Paulo* apontou que essa declaração seria um recado ao presidente da República, Jair Bolsonaro, que tem acusado, sem provas, a Justiça Eleitoral de ter o poder de manipular os resultados das eleições e propôs que as Forças Armadas fizessem uma apuração paralela. Já o *Correio Braziliense* afirmou que Fachin enquadrava os militares, uma vez que a declaração ocorreu após o TSE responder, em 09/05/2022, a uma lista com 88 questionamentos sobre o processo eleitoral enviada pelo Ministério da Defesa. Os periódicos deram destaque à declaração de Fachin, segundo o qual "quem trata de eleições são forças desarmadas" e que a Justiça Eleitoral "está aberta a ouvir, mas não está aberta a se dobrar a quem queira tomar as rédeas do processo eleitoral". No mesmo dia, em

transmissão ao vivo em suas redes sociais, Bolsonaro declarou que Fachin foi “descortês”, afirmando que o presidente do TSE vê “esse fantasma de que as Forças Armadas querem intervir”. Os periódicos informaram que o presidente negou que haja ataque às eleições e baixou o tom. Bolsonaro argumentou, ainda segundo os jornais, que a participação dos militares na Comissão de Transparência das Eleições (CTE) foi um convite do próprio TSE, feito por portaria do então presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, em 2021, e que Fachin tem poder para revogá-la. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a iniciativa de Barroso de levar os militares para dentro da CTE e para perto do processo eleitoral tinha o objetivo de conseguir o respaldo deles na defesa da votação. No entanto, a retomada dos ataques à credibilidade do sistema eleitoral por Bolsonaro fez com que integrantes da Corte passassem a considerar o convite um erro. Ainda de acordo com a *Folha*, a sugestão de revogar a portaria seria uma provocação de Bolsonaro ao TSE para que “desconvide” as Forças Armadas e legitime sua narrativa de falta de transparência nas eleições. O *Correio Braziliense* informou que militares ligados ao Ministério da Defesa consideraram a manifestação de Edson Fachin “desnecessária”. O *Estado de S. Paulo* relembrou que este é apenas mais um episódio na relação conturbada entre o TSE e os militares, citando o convite às Forças Armadas para integrarem a CTE; os questionamentos enviados pelos militares; a manifestação de Barroso em abril, afirmando que há movimento político para usar as Forças para atacar o processo eleitoral; a reação do ministro da Defesa, Paulo Sérgio Oliveira, que classificou a fala de Barroso como “ofensa grave”; a acusação de Bolsonaro, também em abril, de que há uma “sala secreta” no TSE para manipular as eleições; e a declaração de Bolsonaro, em maio, de que as Forças Armadas “não vão participar como espectadoras”. Já em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que Bolsonaro é “o único que teima em manifestar inconformismo” com a capacidade da Justiça Eleitoral conduzir as eleições de 2022. Segundo a *Folha*, o TSE reafirmou o óbvio nas respostas à lista de 88 questionamentos sobre as urnas eletrônicas, e que se tratavam de indagações originadas de cálculos equivocados, confusões conceituais, desinformação e despreparo dos militares. O periódico concluiu que o ministro da Defesa parece ter sido levado a “refletir melhor” sobre os ataques ao TSE diante do constrangimento. (*Correio Braziliense* – Política – 13/05/22; *Folha de S. Paulo* – Política – 13/05/22; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 13/05/22; *O Estado de S. Paulo* – Política – 13/05/22)

7- Presidente de tribunal militar recebeu diárias de alto valor para viagens
Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente do Supremo Tribunal Militar (STM), general Luis Carlos Gomes Mattos, possui uma enorme agenda de viagens, com diárias que incluem até fins de semanas sem compromissos oficiais, financiadas com orçamento público. Tais viagens, feitas em ano de pandemia, tiveram como objetivo principal a participação em eventos burocráticos, como solenidades militares e julgamentos envolvendo membros das Forças Armadas suspeitos de crimes. Os gastos com diárias e passagens do presidente e seus assessores somaram um total de R\$ 235 mil em um ano, de acordo com relatórios de transparência do tribunal. Em nota, o STM afirmou que “Privilegiando o princípio da economicidade, o presidente do STM aproveita participação em solenidades militares para visitar as diversas auditorias militares e estabelecer contato com autoridades, em diversas unidades da federação”.

Segundo a *Folha*, no entanto, o STM não explicou as viagens que incluíram finais de semana, a extensão de viagens, a presença de assessores ou a falta de publicidade da agenda diária do presidente. (Folha de S. Paulo - Política - 07/05/22)

8- Periódico comentou sequência de escândalos nas Forças Armadas

O periódico *Correio Braziliense* lembrou os escândalos ocorridos nas Forças Armadas, como a compra de alimentos de alto custo, de próteses penianas e de remédios para disfunção erétil com recursos públicos, além de pontuar o crescente envolvimento dos militares em movimentos que colocam em dúvida o resultado das eleições presidenciais de 2022. De acordo com o jornal, desde que as Forças Armadas se aliaram ao governo Bolsonaro sua credibilidade com a população brasileira diminuiu. O *Correio* também apresentou falas de dois entrevistados, o professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e especialista em Segurança Nacional, Gunther Rudzit, que acredita ainda haver tempo de frear o estrago na imagem das Forças Armadas, e o general da reserva Paulo Chagas, que afirmou que as notícias divulgadas têm como propósito afetar o prestígio das Forças Armadas perante a sociedade civil. (Correio Braziliense – Política – 09/05/22)

9- Supremo Tribunal Militar mantém condenação de oito militares do Exército

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Supremo Tribunal Militar (STM) rejeitou um recurso apresentado pelos militares do Exército condenados pelo assassinato do músico Evaldo Rosa dos Santos, que teve o carro alvejado com mais de 80 tiros, e do catador de recicláveis Luciano Macedo, baleado ao tentar ajudar a família que estava no veículo. Os ministros recusaram um habeas corpus para anular o julgamento, que atribuiu penas que vão de 28 anos a 31 anos e seis meses de reclusão em regime fechado. A defesa dos militares alegou constrangimento ilegal, argumentando que durante o julgamento a acusação apresentou documentos que não constavam no processo, especificamente um vídeo sobre a lesividade do tiro de fuzil. A advogada solicitou um novo julgamento “imparcial”, declarando que não pode se manifestar sobre aquelas provas, e que o prejuízo para a defesa havia sido flagrante. A conclusão do plenário apontou que o pedido não completou os requisitos para ser analisado em habeas corpus. O relator, Lúcio Mário de Barros Góes, dispôs que a defesa tentou usar o habeas corpus para apressar, de maneira indevida, o andamento do processo. (Correio Braziliense - Brasil - 12/05/22)

10- Periódico e colunista comentaram benefícios concedidos às Forças Armadas pelo governo Bolsonaro

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, os militares brasileiros conseguiram escapar do aperto salarial imposto aos gastos com o funcionalismo público na presidência de Jair Bolsonaro. Conforme os dados do Tesouro Nacional, já corrigidos pela inflação medida pelo IPCA, entre 2018 e 2021 houve uma queda de 8,4% no dispêndio do Executivo com servidores civis da ativa enquanto os gastos com os inativos tiveram uma queda de 3,3%. Por outro lado, os custos com o serviço ativo militar tiveram acréscimo 5,7% no mesmo período,

frente aos inativos que “mereceram” um aumento no gasto federal de 4,2%, segundo o jornal. Segundo a *Folha*, os privilégios dos militares foram resultado das reformas da carreira e da previdência em 2019, que garantiu demandas históricas das forças, entre elas reajustes salariais para todos os níveis hierárquicos, atingindo em alguns casos aumentos de 49%. Por exemplo, o atual ministro da Secretaria-Geral da presidência, general Luiz Eduardo Ramos, somou R\$350 mil a seus proventos a partir das reformas. Procurado pela *Folha*, o Ministério da Defesa não respondeu aos questionamentos. O periódico destacou que “a argumentação usual” dos militares é a de que, em vez de ser lida como uma benesse, as reformas visavam corrigir “distorções históricas”. A reportagem afirmou ainda que, no âmbito político, o preço de da associação entre fardados e Bolsonaro é avaliado a partir da especulação recorrente sobre a disposição dos militares em apoiarem “arroubos autoritários” do presidente, como a sua “intenção declarada de tumultuar o processo eleitoral” ao propagar suspeitas sobre as urnas eletrônicas. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Álvaro Costa e Silva discutiu o uso de verbas públicas por parte dos militares, no contexto dos vetos de Bolsonaro às leis de incentivo à cultura. O jornalista afirmou que o argumento de que todo artista se sustenta com dinheiro público é um dos conceitos de propaganda do fascismo para promover o ódio à cultura, e que essa “mamata” foi muito aproveitada pelas Forças Armadas. Nesse sentido, Costa e Silva destacou os milhões de reais gastos na operação Verde Brasil, que não obteve resultado, uma vez que a Amazônia permanece sendo destruída, além de mencionar o uso de verbas públicas de combate à pandemia de Covid-19 com a compra de uísque, camarão, picanha e milhares de comprimidos de genéricos do Viagra por parte das Forças Armadas, evidenciando, segundo o jornalista, que a conspiração e traição das instituições, tramando um golpe militar, “tem lá suas recompensas”. (Folha de S. Paulo – Política – 10/05/22; Folha de S. Paulo - Poder - 12/05/22)

11- Major do Exército foi preso por desobediência

Segundo *O Estado de S. Paulo*, o major do Exército João Paulo da Costa Araújo Neves foi preso por determinação judicial pelo crime de desobediência. O oficial da ativa se manifestava em suas redes sociais em apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro, em desobediência à portaria do Comando do Exército, publicada em 2019 pelo então comandante Edson Pujol. Além da portaria, o regulamento do Exército e o Estatuto dos Militares vetam manifestações político-partidárias de militares da ativa. De acordo com *O Estado*, a decisão foi do juiz Rodolfo Menezes, da Auditoria Militar da 10ª Circunscrição Judiciária, e envolveu o descumprimento de outras ordens. (O Estado de S. Paulo - Política - 11/05/22)

12- Sargento detido com cocaína na Espanha foi excluído da FAB

Os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* informaram que o sargento da Aeronáutica Manoel da Silva Rodrigues, detido na Espanha em junho de 2019 com 39 quilos de cocaína em um dos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) que davam apoio à comitiva do presidente da República, Jair Bolsonaro, foi excluído definitivamente dos quadros da Força em 12/05/2022. Segundo o *Correio Braziliense*, a FAB afirmou em nota que a

demora para a efetiva expulsão ocorreu por “cumprimento aos devidos trâmites administrativos de intimação do militar”. A *Folha* informou que ele já havia sido condenado a seis anos de prisão pela justiça na Espanha, onde continua detido há quase três anos. Em fevereiro, foi condenado pela Justiça Militar brasileira a 14 anos e seis meses de prisão e multa por uso da estrutura da corporação para o tráfico de drogas. O *Correio* ainda informou que, desde a prisão de Rodrigues, a Polícia Federal abriu cinco fases da Operação Quinta Coluna, que investiga a suspeita de que outros integrantes das Forças Armadas tenham sido cooptados por um esquema de tráfico internacional de drogas. (*Correio Braziliense – Brasil – 13/05/22; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 13/05/22; O Estado de S. Paulo – Política – 13/05/22*)

13- Míssil lançado durante exercício militar atingiu uma plantação em Goiás
Segundo o periódico *Correio Braziliense*, um míssil lançado durante um exercício militar se desviou da rota e atingiu uma plantação de soja na cidade de Formosa, estado de Goiás. O deputado federal José Nelto (PP-GO) protocolou um requerimento na Câmara dos Deputados em 12/05/2022 para que o Exército e o Ministério da Defesa prestem esclarecimentos sobre o caso. Em comunicado, o Comando de Artilharia do Exército reconheceu o “incidente” durante exercício do Curso de Operação do Sistema de Mísseis e Foguetes para oficiais e sargentos, e afirmou que já constatou não haver vítimas ou danos materiais. O comunicado informou ainda que o Exército e a fabricante dos mísseis, a Avibras, investigam o caso. (*Correio Braziliense – Política – 13/05/22*)

14- Jornalista comentou a impunidade dos crimes da Ditadura Militar
Em coluna opinativa no periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Fábio Grecchi comentou a morte do general Newton Araújo de Oliveira e Cruz, em 15/04/1022. O militar é suspeito de envolvimento no atentado do Riocentro, em 1981, e na morte do escritor e jornalista Alexandre von Baumgarten, em 1982. Segundo o colunista, Cruz “safou-se pela Lei da Anistia”, aprovada em 1979 e que garantiu a impunidade aos crimes cometidos na Ditadura Militar (1964–1985). Para o colunista, ainda hoje nega-se que nas Forças Armadas existam marginais, num “ideal fajuto de pureza e integridade” que, potencializado pela Lei da Anistia e somada ao “provincianismo religioso”, ao “reacionarismo pedestre” e à “várzea ideológica” proporcionadas pelo governo do presidente da República Jair Bolsonaro, resultam em deboche. Ele citou como exemplo os áudios de sessões do Superior Tribunal Militar (STM), divulgados em 17/04/2022, nos quais se debate e se comenta a tortura de presos políticos durante a Ditadura, tratados com ironia pelo atual presidente do STM, general Luis Carlos Gomes Mattos. (*Correio Braziliense – Opinião – 13/05/22*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima